



Uma visão para o futuro
Conferência Internacional sobre
Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural

CADERNOS PARA A CONFERÊNCIA

CONTRIBUIÇÃO
INICIAL DO
COMITÊ
BRASILEIRO



Uma visão para o futuro
Conferência Internacional sobre
Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural

CADERNOS PARA A CONFERÊNCIA



CONTRIBUIÇÃO INICIAL DO COMITÊ BRASILEIRO

MDA/NEAD
2005

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República

Miguel Soldatelli Rossetto

Ministro de Estado do
Desenvolvimento Agrário

Guilherme Cassel

Secretário-executivo do Ministério
do Desenvolvimento Agrário

Rolf Hackbart

Presidente do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária – Incra

Valter Bianchini

Secretário de Agricultura Familiar

Eugênio Peixoto

Secretário de Reordenamento Agrário

José Humberto Oliveira

Secretário de Desenvolvimento Territorial

Caio Galvão de França

Coordenador do Núcleo de Estudos
Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD

Série Cadernos para a Conferência 2**Projeto gráfico, capa e diagramação**

Caco Bisol Produção Gráfica
caco@cacobisol.com.br

Revisão

Rita de Cássia Avelino Martins

Revisão técnica:

Caio Galvão de França, Francesco Pierri,
Celso Carvalho, Adriana Lopes e Carol Fleury

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
www.mda.gov.br

Distribuição:

Núcleo de Estudos Agrários e
Desenvolvimento Rural (NEAD)
SCN Quadra 1 - Bloco C
Edifício Trade Center
5º andar, sala 501
CEP 70711-902 - Brasília/DF
Telefone: (61) 3328-8661
www.nead.org.br

Sites da Conferência:
www.icarrd.org
www.mda.gov.br/ciradr

**PCT MDA/IICA - Apoio às Políticas e à Participação Social
no Desenvolvimento Rural Sustentável**

B823c Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos
Agrários e Desenvolvimento Rural

Contribuição inicial do Comitê Brasileiro. – Brasília : Ministério
do Desenvolvimento Agrário, 2005.
44 p. ; 21cm. -- (Cadernos para a Conferência ; 2).

1. Conferência Internacional – planejamento – Brasil. 2.
Reforma agrária – Brasil. I. Título II. Série.

CDD 341.118



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
CONTRIBUIÇÃO INICIAL DO COMITÊ BRASILEIRO AO PROCESSO PREPARATÓRIO DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL DA FAO (CIRADR)	9
REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL A AGENDA RECUPERADA MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER	13
NOTA CONCEITUAL - 2ª VERSÃO CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL: NOVOS DESAFIOS E OPÇÕES PARA REVITALIZAR COMUNIDADES RURAIS	29
PROGRAMAÇÃO DA OFICINA CIRADR-BRASIL PREPARATÓRIA PARA A CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL CIRADR - FAO	36
PARTICIPANTES DA OFICINA CIRADR	39
COMPOSIÇÃO DO COMITÊ BRASILEIRO	43

APRESENTAÇÃO

A decisão da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a partir de uma proposta do governo brasileiro, de realizar a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR) representa o reconhecimento da atualidade e da urgência destes temas voltarem a integrar, com centralidade, a agenda internacional e dos Estados, como elementos estruturantes de opções de desenvolvimento nacional.

No âmbito da FAO a última conferência ocorreu em 1979. Suas conclusões, reunidas na Carta do Campesino, foram deixadas de lado num período de hegemonia das políticas neoliberais e de ajustes estruturais que redefiniram o papel dos Estados e desmontaram instrumentos e políticas públicas de reforma agrária e desenvolvimento rural.

As crises econômica e ambiental, assim como a permanência da fome e da pobreza, demonstram a importância de que esta agenda seja retomada de forma renovada, integrando as dimensões do acesso à terra, da promoção da igualdade de gênero, do reconhecimento dos direitos das comunidades tradicionais, das questões de geração e etnia, da sustentabilidade ambiental e da segurança e da soberania alimentar. Esta visão contemporânea deve vir acompanhada da percepção de que o tema da terra e do acesso aos recursos naturais, apesar de guardar aspectos importantes comuns, expressa-se de forma diferenciada nas diferentes regiões do mundo e para os diversos setores que compõem a população rural.

A CIRADR tem essa responsabilidade e reúne as possibilidades para cumprir esse papel. Prevista para 7 a 10 de março de 2006 no Brasil, na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, a Conferência deverá reunir representantes de mais de 150 países. Prevê-se a participação da sociedade civil em momentos específicos da programação oficial, além da realização de uma conferência paralela que deverá contar com delegados e delegadas dos diferentes setores e das várias regiões do mundo. Outras atividades serão realizadas na cidade de Porto Alegre, por iniciativa de diferentes entidades, compondo uma programação integrada de seminários, cursos, encontros e eventos culturais, mobilizando diferentes setores e segmentos sociais. Porto Alegre

será por uma semana a capital da reforma agrária e do desenvolvimento rural. Toda a Conferência oficial será transmitida pela internet, inaugurando uma experiência inédita de acompanhamento, que, certamente, estimulará a participação no conjunto dos eventos

Quando tomou a decisão de realizá-la, o Conselho da FAO aprovou o documento que apresenta a Conferência, identificando seus objetivos, resultados esperados e principais temas que comporão sua programação. Este documento, intitulado “Nota Conceitual – Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural: Novos desafios e opções para revitalizar comunidades rurais” é leitura obrigatória a todos os interessados e integra esta publicação.

A preparação da Conferência está a cargo de um Comitê Diretor, com escritório na sede do organismo em Roma, Itália, composto por representantes dos 7 grupos regionais, por meio das quais a FAO se estrutura, além de um representante do Brasil, país anfitrião do evento. Caberá ao governo brasileiro a organização de toda a infraestrutura necessária à sua realização. Além da definição e do detalhamento da programação, cabe a este Comitê criar as condições para a participação da sociedade civil, em todas as etapas, e, ainda, estimular os países a organizarem processos preparatórios específicos.

O plano mestre da Conferência estabelece cinco eixos temáticos principais: i) políticas e práticas de acesso à terra; ii) capacitação para melhorar o acesso à terra, aos recursos naturais e serviços agrários; iii) revitalização das comunidades rurais; iv) reforma agrária, justiça social e desenvolvimento sustentável; v) soberania alimentar, direito à alimentação e acesso aos recursos. No processo de preparação prevê-se a realização de oficinas, informes nacionais, estudos de caso e outras contribuições temáticas, compondo um conjunto de informações e dados que permitirão um amplo e atualizado debate destes temas.

Com o objetivo de preparar a participação do País na Conferência, foi constituído o Comitê Brasileiro, formado por entidades e movimentos da sociedade civil e órgãos do governo federal, além da FAO como convidada. São eles:

– órgãos governamentais: Ministérios das Relações Exteriores, do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Meio Ambiente, Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável;

– sociedade civil: *Action Aid*, Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste/Minas Gerais/Espírito Santo, Associação Brasileira de Reforma Agrária, Comissão Pastoral da Terra, Confederação Nacional dos Pescadores, Conselho Nacional dos Seringueiros, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil, Coordenação Nacional de Articulação da Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, Central Única dos Trabalhadores, Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais pelo Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável, Instituto de Estudos Sócio-econômicos, Movimento das Mulheres Campesinas, Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste, Movimento de Libertação dos Sem Terra, Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento dos Pequenos Agricultores, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento Nacional dos Pescadores, Oxfam, Terra de Direitos, representação de mulheres da Contag e da Fetraf.

Nos dias 9 a 11 de novembro de 2005, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, Brasil, o Comitê realizou a Oficina Brasileira preparatória para a Conferência. Tratou-se da atualidade da reforma agrária e das políticas agrícolas e de promoção da igualdade como elemento estruturante de um novo padrão de desenvolvimento sustentável com justiça social. Foi estruturada em sessões introduzidas por exposições, seguidas de debates. Toda a oficina foi transmitida *on line* pela Agência Carta Maior, e contou com média de audiência de 2.500 pessoas conectadas durante os três dias.

A representativa abertura da Oficina Brasileira¹, a ampla e diversificada presença, a qualidade das exposições e dos debates, demonstram a importância dada pelos vários setores sociais e do governo a esta iniciativa. A programação buscou produzir uma reflexão sobre a pauta da conferência, priorizando uma abordagem de caráter histórico sobre as mudanças no contexto internacional, sobre a atuação dos organismos internacionais, com destaque para a FAO, e dos movimentos sociais, além de experiências recentes implementadas por governos de diferentes países. Os debates expressaram um espaço de diálogo crítico entre representantes de órgãos de governo e da sociedade civil. A riqueza de abordagens dos diferentes segmentos e regiões do país expressou-se nos debates por meio de exposições e intervenções de extrativistas, agricultores familiares, mulheres trabalhadoras rurais e agricultoras, quilombolas, indígenas, assentados da reforma agrária, entre outros. Ficou evidenciada que, mesmo com toda a diversidade, é possível identificar abordagens e agendas comuns que devem se traduzir em políticas públicas permanentes.

1. Participaram da abertura o ministro de Estado das Relações Exteriores interino, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, o representante permanente e plenipotenciário do Brasil junto à FAO, embaixador Flávio Perri, o diretor da Divisão de Desenvolvimento Rural da FAO e Secretário do Comitê Diretor da CIRADR, Parviz Koochafkan, o Representante da FAO NO Brasil, José Tubino, o ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, José Fritsch, a ministra de Estado do Meio Ambiente, Marina Silva, do ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, o ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto.

Das discussões realizadas produziu-se um documento do Comitê Brasileiro, que enfatiza uma série de pontos que o conjunto dos e das participantes consideram fundamentais para serem tratados pela Conferência da FAO. Nesta publicação, apresentamos a íntegra do programa da Oficina e da lista das entidades e órgãos participantes, o documento intitulado “Contribuição inicial do Comitê Brasileiro à Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural”. Consta, também, o texto “A agenda recuperada”, de Marco Aurélio Weissheimer, jornalista da Agência Carta Maior, que retrata com talento e rigor este importante momento de debate e diálogo social, que contribuiu para animar e mobilizar, ainda mais, o conjunto dos e das participantes.

Diante deste cenário de possibilidades de participação fica o convite para que cada um e cada uma, no seu sindicato, no seu movimento, escola ou universidade, nos parlamentos, órgãos públicos ou organizações não-governamentais, organize iniciativas de discussão sobre a reforma agrária e o desenvolvimento rural e se proponha a acompanhar a CIRADR pela internet e se integrar aos diversos eventos programados para Porto Alegre.

Comitê Brasileiro, dezembro de 2005.

CONTRIBUIÇÃO INICIAL DO COMITÊ BRASILEIRO AO PROCESSO PREPARATÓRIO DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL DA FAO (CIRADR)

Realizou-se nos dias 9 a 11 de novembro de 2005, a oficina CIRADR-Brasil, preparatória para a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural da FAO. Contou com 135 participantes, representando 29 entidades e movimentos sociais, 12 órgãos de governo e um organismo internacional.

A oficina foi uma iniciativa do Comitê Brasileiro, composto por entidades da sociedade civil e órgãos do governo federal, além do escritório da FAO, e coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Ministério das Relações Exteriores. Sua principal finalidade é, por meio de um conjunto de ações, constituir um ambiente de reflexão e participação da sociedade brasileira no processo de preparação da conferência.

Este documento apresenta uma série de pontos que o Comitê Brasileiro entende que deve ser considerada na preparação e na realização da conferência e que será objeto de aprofundamento nas demais atividades a serem realizadas até março de 2006.

1. O fato de terem se passado 27 anos da realização da última conferência da FAO sobre o tema é revelador das mudanças que ocorreram no mundo nesse período. Os compromissos da Carta do Campesino, de 1979, expressaram a necessidade de que os estados nacionais implementassem estratégias de erradicação da pobreza, da fome e da subnutrição. Assinalavam também o papel fundamental do Estado e da cooperação internacional na promoção de uma ação redistributiva de terras e o apoio à produção das comunidades rurais numa estratégia de abastecimento alimentar e de desenvolvimento. A hegemonia neoliberal, entretanto, conduziu políticas de ajuste estrutural que excluíram esses temas das agendas nacionais e internacionais, condenaram a reforma agrária e as políticas de desenvolvimento rural como parte de uma agenda anacrônica, superada pela modernização, que resultou em crescimento da produção e da produtividade agropecuária. Como resultado ocorreu o empobrecimen-

to e a exclusão social das comunidades rurais, a migração para as periferias pobres das grandes cidades, o crescimento da desigualdade e da fome, o agravamento da crise ambiental, o aumento da violência e o acirramento dos conflitos sociais.

2. A realização da conferência abre novas possibilidades para que a FAO retome um papel protagonista e para que os governos implementem políticas públicas orientadas para a promoção da reforma agrária e do desenvolvimento rural sustentável. Isso demanda a compreensão dos obstáculos enfrentados pelos países na implementação dos compromissos assumidos com a Carta do Campesino. Exige, também, um balanço crítico da trajetória da FAO e da atuação do Banco Mundial, em particular, que estimulou a implementação das chamadas “reformas agrárias de mercado”, em detrimento de políticas redistributivas de terra e que vieram acompanhadas do desmonte de sistemas nacionais de apoio à produção e de abastecimento alimentar. Implica, ainda, superar a atual situação em que o tema das políticas agrícolas tem como cenário exclusivo a Organização Mundial do Comércio no âmbito da Rodada Doha de Desenvolvimento.

3. A atualidade da reforma agrária e das políticas de desenvolvimento sustentável e de promoção da igualdade no meio rural justifica-se pela relação íntima entre pobreza, fome, crise ambiental e a concentração da renda e da terra e, portanto, pelo lugar estruturante que deve ocupar em um modelo de desenvolvimento e na defesa de uma nova agenda internacional, capaz de contribuir com a superação de graves problemas urbanos. Descarta-se, assim, considerar a reforma agrária como uma política compensatória destinada a aliviar a pobreza. Ao estimular a produção de alimentos para o mercado interno e a inclusão econômica e social das comunidades rurais criam-se condições favoráveis para alavancar projetos nacionais de desenvolvimento.

4. Essa atualidade decorre, ainda, da amplitude global da agenda da reforma agrária e do desenvolvimento rural sustentável, que envolve os temas da sustentabilidade ambiental, da biodiversidade, da questão de gênero, étnica, de geração, do comércio internacional, da segurança e soberania alimentar, do combate à violência, do acesso a direitos fundamentais, como saúde, educação e previdência social, da matriz energética, entre outros. Nesse sentido, a reforma agrária inicia-se pelo acesso à terra e pelo reconhecimento das terras tradicionalmente ocupadas e deve ser acompanhada de um feixe de políticas públicas, simultâneas e permanentes, que garantam a promoção da igualdade de gênero, raça e etnia, ações voltadas para a juventude rural, o acesso ao conhecimento e tecnologias apropriadas, a preservação do patrimônio das sementes, ao crédito e a instrumentos de garantia de renda, como o seguro e progra-

mas de comercialização, de agregação de valor, defesa da biodiversidade, de acesso aos meios de comunicação e à inclusão digital e a valorização dos conhecimentos tradicionais. Isso pressupõe a retomada de um papel importante do Estado, o avanço no marco jurídico e institucional, o reconhecimento da importância econômica e social da agricultura familiar e o reconhecimento das diferentes modalidades de apropriação e uso dos recursos naturais.

5. A retomada do debate sobre a reforma agrária e o desenvolvimento rural é imprescindível, dada a persistência de problemas estruturais, a intensificação da violência relacionada a terra e a água, às experiências recentes de governos nacionais e pelo protagonismo dos movimentos sociais. Esse protagonismo contribuiu decisivamente para a incorporação de novos temas, o resgate de práticas e conhecimentos, a democratização dos países e a constituição de espaços de diálogo e participação social. Neste cenário de novas identidades políticas, novos agentes sociais e políticos trazem consigo uma nova geração de lutas orientadas para a crítica e o combate à apropriação privada de recursos naturais por parte do modelo agroexportador e a garantia de um conjunto de direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. A metodologia de construção da CIRADR deve expressar o reconhecimento desse protagonismo com toda a sua diversidade no processo preparatório e na programação da conferência oficial.

6. Ao reconhecer a diversidade de sujeitos e de situações deve-se levar em conta a importância da promoção dos direitos territoriais e da autodeterminação dos povos indígenas, das comunidades quilombolas, extrativistas, pescadores(as) artesanais, comunidades ribeirinhas e demais populações tradicionais. Isso implica a garantia do acesso, sua democratização e a preservação dos recursos naturais, o reconhecimento e a valorização dos conhecimentos e das práticas dessas comunidades e as diferentes modalidades de uso e gestão dos recursos naturais como referências para um novo padrão de desenvolvimento. Além disso, as legislações nacionais devem reconhecer a proteção de tais conhecimentos e da biodiversidade.

7. A superação da desigualdade a que as mulheres rurais estão submetidas integra os compromissos fundamentais nessa retomada da agenda da reforma agrária e do desenvolvimento rural sustentável. O desafio a ser buscado é a ampliação e consolidação dos direitos das mulheres aos recursos produtivos, como a terra, crédito e as condições básicas para o pleno exercício da cidadania. Políticas de titulação conjunta, de documentação civil e trabalhista, assistência técnica apropriada e o financiamento de políticas públicas de apoio à autonomia das mulheres rurais devem estar associadas à efetiva participação e controle social e ao reconhecimento de suas organizações.

8. A garantia da segurança alimentar e nutricional e da soberania alimentar dos povos deve estar no centro das políticas de desenvolvimento rural, para as quais as políticas de reforma agrária são fundamentais, seja porque assegurem a subsistência e o acesso à renda para as populações rurais, seja porque aumentam a oferta de alimentos para toda a nação. A segurança alimentar e nutricional começa com o acesso à terra e a recursos produtivos; mas depende também de políticas de distribuição de renda, melhoria dos sistemas de comercialização, mudança de padrões alimentares e garantia de qualidade dos alimentos consumidos pelo conjunto da população. As políticas de desenvolvimento rural, ancoradas no respeito à diversidade cultural e étnica, devem especialmente valorizar a cultura alimentar dos grupos sociais urbanos e rurais, resgatando valores ligados à alimentação, freando a atual tendência de homogeneização dos hábitos alimentares.

9. Um outro desafio da sustentabilidade do desenvolvimento, considerando as diversidades regionais e culturais, é a incorporação de uma abordagem territorial, que seja capaz de superar as políticas setoriais isoladas, assegurando a participação da diversidade de atores sociais e governamentais que vivem e atuam nas áreas rurais, na construção de um projeto de desenvolvimento que considere as dimensões ambiental, cultural, econômica, política e social.

10. A intensa agenda de negociações que envolvem, atualmente, as nações na construção de acordos de integração regional, na redefinição das regras do comércio internacional e nas conferências internacionais repercute diretamente sobre as possibilidades dos países implementarem políticas de reforma agrária, de defesa de sua biodiversidade e de fortalecimento da agricultura familiar e das comunidades rurais tradicionais. Em todas as negociações internacionais – comerciais e de integração regional – os países em desenvolvimento devem assegurar a preservação de sua capacidade de implementar políticas soberanas de desenvolvimento e de defesa da biodiversidade.

Brasília, 11 de novembro de 2005.

REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL

A AGENDA RECUPERADA¹

Marco Aurélio Weissheimer

“Reforma Agrária não é discutir um pedaço de terra, mas é discutir a vida do ser humano como um todo”.

Raimunda Gomes da Silva, quebradora de coco, integrante do Conselho Nacional dos Seringueiros.

Cerca de 40% da força de trabalho do mundo hoje vive no campo, com uma população estimada entre 2 e 3 bilhões de pessoas. Esse dado, apresentado pelo economista Ignacy Sachs, no primeiro dia da Oficina Preparatória para a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR-FAO), já seria suficiente para justificar a atualidade da agenda da reforma agrária. Atualidade essa, questionada nas últimas décadas pelos defensores de um modelo econômico que associou o trabalho rural ao atraso, igualou a modernidade à vida urbana e condenou a reforma agrária como uma pauta anacrônica e inútil. Mas os números citados pelo diretor honorário de Estudos da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, de Paris, vieram acompanhados de diagnósticos que desmentem o elogio deslumbrado de uma modernidade que segue expulsando, todos os anos, milhões de pessoas do campo para a periferia das cidades. Outros números, relativos à realidade brasileira, reforçam essa percepção. O Brasil possui 4,8 milhões de estabelecimentos rurais. Desses, 4,1 milhões são de agricultura familiar, sendo responsáveis por 77% dos empregos rurais e 60% da produção de alimentos no país. Em 2003, as cadeias produtivas da agricultura familiar respondiam por 10% do PIB brasileiro.

Alicerçados nesses números, os debates da oficina preparatória à conferência internacional da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)², que será realizada em Porto Alegre, de 7 a 10 de março de 2006, apresentaram, sobretudo, a atualidade de uma agenda recuperada. A expressão justifica-se pela história recente do debate sobre a Reforma Agrária e o Desenvolvimento Rural. A última conferência da FAO sobre o tema foi realizada há 27 anos, em Roma, na Itália, no ano

1 . Registro das discussões realizadas na Oficina CIRADR-Brasil, realizada em Brasília entre os dias 9 e 11 de novembro de 2005, elaborado por Marco Aurélio Weissheimer, jornalista da Agência Carta Maior, por solicitação do Comitê Brasileiro.

2 . Conferência Mundial sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CMRADR).

de 1979. O silêncio que se seguiu é elucidativo a respeito do que se passou no mundo nesse período. E esse silêncio foi radiografado no debate realizado no auditório do Itamaraty, uma iniciativa do Comitê Brasileiro, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE), composto por 29 entidades da sociedade civil e órgãos federais, e o escritório da FAO no Brasil. Uma das informações esquecidas que a radiografia mostrou foi a de que o processo histórico de ocupação de terras levou à conformação de um modelo agrário que coloca o Brasil entre os países com os maiores índices de concentração de terras do mundo. A conferência organizada pela FAO será uma grande oportunidade para atualizar a discussão sobre essa realidade.

Criada em 1945, com o objetivo de combater a fome no mundo, a FAO experimentou uma inflexão em seu trabalho já no ano seguinte, a partir da publicação do livro *Geografia da Fome*, de Josué de Castro. Ganhou intensidade, de um modo mais potente a discussão sobre a posse da terra. Uma das coisas que esse debate vai mostrar é a relação íntima entre pobreza, fome, concentração de terra e de renda, uma conexão que vai conter o crescimento da agricultura. No decorrer da década de 50, a FAO começou a discutir o conceito de propriedade. Na década seguinte, intensificou-se o debate sobre as relações entre fome, pobreza e acesso a terra, processo que vai culminar, em 1979, com a realização da conferência mundial sobre reforma agrária, que teve como documento final a Carta do Campesino. A partir daí, veio um período de silêncio, um silêncio na verdade atravessado por acontecimentos bastante ruidosos que aumentaram a expulsão de homens e mulheres do campo e ajudaram a engrossar os bolsões de pobreza nas periferias urbanas. Em 1992, lembrou Paolo Groppo, a FAO chegou a ser pressionada para retirar o tema da reforma agrária de sua agenda, o que levou a organização a pensar sobre essa pauta com mais profundidade. Foi um período, também, onde os agricultores e suas organizações foram submetidos a um intenso processo de exclusão.

O que emergiu da radiografia desse silêncio de 27 anos? Em primeiro lugar, um diagnóstico sobre o crescente processo de exclusão de milhões de pessoas, expulsos de suas terras e despejados nas periferias pobres de médias e grandes cidades. Uma situação repetida no Brasil e em várias outras partes do mundo. Como lembrou o ministro interino das Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães, uma das principais características da sociedade brasileira continua sendo a desigualdade social, a concentração de renda e de propriedade. Historicamente, esse processo de concentração esteve associado, entre outras coisas, ao latifúndio e à escravidão. O latifúndio ainda é uma realidade, e a escravidão deu lugar às suas expressões modernas, o trabalho escravo, o trabalho infantil. A agenda da reforma agrária bate de frente com essa realidade e, ao mesmo tempo, é desafiada por ela.

Um dos maiores desafios é explicitar com mais clareza a relação entre a questão agrária e o modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil, que mudou muito nas últimas décadas, tornando-se um país predominantemente urbano. No entanto, ao lado dessa urbanização crescente e da constituição de imensas concentrações populacionais nas regiões metropolitanas, a grande maioria dos municípios brasileiros tem sua dinâmica econômica e social marcada pelas atividades rurais, agrícolas e não-agrícolas. No campo, o chamado agronegócio é considerado por muitos a expressão da modernidade no setor rural. No entanto, a maior parte dos alimentos consumidos pela população é produzida pelos agricultores familiares. Agricultores estes, homens e mulheres, que sofrem uma constante pressão dos mecanismos que alimentam o processo de concentração de riqueza, propriedade e poder na sociedade brasileira. Ou seja, confrontar a estrutura agrária do país implica contestar o próprio modelo de desenvolvimento que privilegia, entre outras, a grande propriedade, o mercado externo e a desregulamentação do trabalho na cidade e no campo.

UM PROBLEMA GLOBAL

É nesse contexto que deve ser entendida a frase de Samuel Pinheiro Guimarães: “A reforma agrária não é apenas um tema de política interna”. Na verdade, a discussão sobre esse assunto está intimamente ligada ao debate sobre qual o modelo de desenvolvimento que se quer para o país e, em que medida, esse modelo determina a inserção do Brasil no mundo. Reconhecer a natureza e o significado dessa relação é o primeiro passo para entender não só a atualidade mas, também, a amplitude da pauta da reforma agrária. Uma das coisas que a conferência de março de 2006 pretende fixar é que essa amplitude é global e passa por questões como meio ambiente, comércio, desenvolvimento, energia, segurança alimentar, discriminação contra mulheres e opressão étnica, entre outras. A urgência que esses temas adquirem hoje se deve, de certa forma, à interdição imposta a eles por um modelo econômico hegemônico que chegou a apregoar o fim da história. O crescente clima de instabilidade social, política e ambiental, em escala global, provocou rupturas nessa interdição.

Rupturas provocadas também por repetidas erupções de violência, como a que surpreendeu os franceses no início de novembro, conforme assinalou José Tubino, representante da FAO no Brasil. Uma convulsão urbana, cujos agentes centrais são jovens desesperados e desesperançados, sem oportunidade de emprego e sem perspectiva de futuro. Uma realidade conhecida em centenas de médias e grandes cidades, que passaram a abrigar barris de pólvora, prontos a explodir quando menos se espera. O que isso tem a ver com o debate da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Rural? Nos explosivos cinturões de periferia que circundam as cidades, há milhões de

peessoas que foram expulsas de suas terras, uma exigência da “modernização” industrial que prometeu conduzir o mundo a um período de paz e prosperidade. Passaram-se os anos e, no lugar da paz e da prosperidade, instalaram-se a violência e a ausência de perspectivas. Chegamos até aí não por acaso, mas por escolhas políticas e econômicas muito bem identificadas.

O diretor da Divisão de Desenvolvimento Rural da FAO e secretário do Comitê Organizador da conferência de Porto Alegre, Parviz Koohafkan, apontou a lógica geral que regeu tais escolhas. No contexto internacional, um modelo de globalização baseado no capital financeiro que trouxe como saldo negativo a exclusão social, o crescimento da pobreza e da desigualdade social e a destruição ambiental. Esse modelo veio acompanhado de políticas econômicas que desfavoreceram o setor rural, particularmente os pequenos agricultores e agricultoras que trabalham em regime familiar e as comunidades rurais tradicionais, e promoveram a degradação da terra, dos recursos hídricos, do ar e da biodiversidade. Tal cenário justifica, por vários motivos, a importância e a urgência da agenda da reforma agrária. O principal deles está baseado na compreensão de que ela é uma condição necessária para enfrentar esses problemas. E é necessária porque a crítica desse modelo concentrador, destruidor e excludente anda de mãos dadas com a defesa da agricultura familiar e das comunidades rurais como fator de redução da pobreza e da exclusão nas cidades, além de ser uma condição para a melhoria da segurança alimentar.

UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA

A hegemonia desse modelo de globalização foi tanto que as pautas da reforma agrária e do desenvolvimento rural foram quase varridas do mapa político internacional, um processo que se aprofundou a partir dos anos 80. Nas duas décadas anteriores, a reforma agrária era uma iniciativa de governos que conseguiu alguns avanços significativos. A era de predomínio do capitalismo financeiro não só bloqueou esse processo como provocou vários recuos. A entrada em cena de novos movimentos sociais, organizados a partir da mobilização de agricultores sem terra, de pequenos agricultores, povos indígenas e outras populações rurais tradicionais, foi fazendo com que, aos poucos, a agenda da terra começasse a ser recuperada. Iniciativas como a do governo brasileiro, de implementar, com todos os seus limites, um Plano Nacional de Reforma Agrária alimentaram e fortaleceram a esperança dessa retomada. E chegamos hoje a um renovado diálogo entre governos, organismos internacionais e movimentos sociais para tentar recolocar, de uma vez por todas, esse debate em escala global.

Essa retomada está ocorrendo de um modo distinto àquele verificado em outras épocas, quando os governos eram os principais protagonistas do debate sobre a

questão agrária. A metodologia de construção da CIRADR é um exemplo disso. Na abertura da oficina preparatória, os representantes da FAO elogiaram a forma de consulta implementada pelo governo brasileiro junto a organizações sociais para a definição de uma agenda mínima comum a ser levada a Porto Alegre (RS). Nesse processo de construção coletiva, os canais de diálogo estendem-se também a outras áreas. A Conferência Nacional do Meio Ambiente, que será realizada em dezembro de 2005, integrou-se também na preparação do encontro para discutir reforma agrária e desenvolvimento rural. No plano internacional, a FAO, por meio do comitê organizador do evento, desenvolveu um processo de consultas e debates envolvendo de 15 a 20 países. Por influência brasileira, admitiu Flavio Perri, representante do Brasil na FAO, a organização abriu o processo de construção da conferência para a sociedade civil.

A escolha metodológica está relacionada também a um dos efeitos negativos do atual modelo de globalização: o déficit democrático e a destruição dos espaços de diálogo e discussão. A conferência paralela, que tradicionalmente acompanha os eventos da ONU, pretende inovar nesse aspecto, com a construção de pontes entre os dois encontros (o oficial e o paralelo), por meio de intervenções mais paritárias possíveis e com uma representação mais proporcional de participantes do fórum paralelo no oficial. Não se trata aqui apenas do reconhecimento da importância do método participativo, mas também da compreensão de que os problemas em cada país são muito diferentes e que, somente um diálogo aberto entre essas diferenças, pode auxiliar na identificação de problemas e estratégias comuns.

A questão da democracia atravessa esse debate de diferentes maneiras. Como lembrou a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, a proposta de democratização do acesso à terra está relacionada às discussões sobre novos paradigmas de desenvolvimento sustentável, à defesa da preservação dos conhecimentos tradicionais das populações rurais, à segurança alimentar, entre outras. Temas que mostram, segundo ela, a necessidade de construir uma ponte entre a tradição e a modernidade e de olhar para esses conceitos e problemas com uma nova perspectiva cultural e ética. Afinal de contas, em um mundo onde cerca de 2 bilhões de pessoas passam fome, o assunto da segurança alimentar não pode ser tratado meramente como uma questão técnica a ser resolvida por especialistas.

FORTALECER A CULTURA DA REFORMA AGRÁRIA

As ramificações culturais do debate sobre a questão agrária podem ser mais profundas do que parecem. O ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, citou um obstáculo a ser vencido nessa direção. Mais uma vez,

aqui, a referência à hegemonia neoliberal nos anos 90 é inevitável. Além de estigmatizar a questão agrária como algo superado, essa hegemonia fortaleceu forças políticas que trabalharam – e seguem trabalhando – cotidianamente para desqualificar essa discussão, como se fosse uma questão residual de menor importância. No Brasil, assinalou Dulci, há forças que não se assumem como adversárias da reforma agrária, mas que são adversárias dela de fato. E com poder de influenciar a opinião pública. Daí a necessidade de fortalecer a cultura da reforma agrária e qualificar o debate conceitual em torno dessa agenda.

A amplitude dessa discussão conceitual deve ser uma das novidades da conferência de Porto Alegre. O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, relacionou alguns dos novos temas que já a integram: quilombolas, povos indígenas, igualdade de gênero e acesso a direitos. E não a integram de um modo isolado, mas no contexto do debate sobre a necessidade de construção de um modelo sustentável de desenvolvimento para o Brasil e da defesa do fortalecimento dos organismos multilaterais por uma nova agenda global. Na avaliação de Rossetto, a agenda sobre políticas agrícolas não pode estar concentrada exclusivamente no âmbito das negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC). Na reunião de Hong Kong, lembrou, mais uma vez serão as políticas agrícolas que exporão as maiores contradições do modelo atual de comércio internacional. E não há como a FAO não ter um papel protagonista nesse processo. Após 27 anos, a FAO terá agora essa oportunidade. A conferência de Porto Alegre representará uma oportunidade também para o resgate de algumas idéias e conceitos, cuja morte já havia sido decretada pelos partidários do modelo econômico hegemônico hoje. Idéias e conceitos que podem contribuir muito para a proposta de fortalecimento da cultura da reforma agrária junto à sociedade.

IDÉIAS PARA UMA NOVA AGENDA

Uma dessas idéias, muito discutida nos anos 60, foi destacada por Ignacy Sachs. Ela acredita que é possível avançar muito com um modelo de crescimento puxado pelo emprego sempre que haja, ao mesmo tempo, uma grande produção de alimentos para enxugar a maior demanda resultante de um crescimento da massa salarial. Isso é o bê-a-bá de Keynes, lembrou. Muitos economistas sustentam que países como o Brasil não podem ter grandes taxas de crescimento, pois isso aqueceria demasiadamente a economia, elevando muito o nível de consumo e, por conseguinte, trazendo a volta da inflação. Mas, segundo Sachs, não há risco de inflação se existir capacidade de lançar no mercado bens de salário que enxuguem uma maior demanda. Os alimentos são justamente os maiores bens de salário. Ou seja, uma reforma agrária e

um projeto de desenvolvimento rural que estimulem a produção de alimentos para o mercado interno poderiam ser poderosos instrumentos para alavancar o crescimento da economia de um modo sustentável.

Outra idéia que aponta nessa mesma direção e vem sendo desenvolvida pela FAO é a de um desenvolvimento territorial participativo e negociado. Uma proposta que também prioriza a agricultura familiar e a produção de alimentos para os mercados nacionais. No início da oficina preparatória, alguém disse que essas idéias haviam sido jogadas para escanteio nos últimos anos. Sachs corrigiu: “Elas não foram jogadas para escanteio, foram expulsas de campo com cartão vermelho”. E quais são as chances reais de voltarem ao jogo agora? No caso do Brasil, apesar de todos os limites e contradições que atravessam o governo Lula, a implementação do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), o Fome Zero e o fortalecimento dos movimentos sociais do campo ajudaram a criar um terreno mais favorável para o seu florescimento. Em outros países, ao contrário, o que se deu foi um processo de contra-reforma agrária, de adoção de políticas para desfazer avanços que haviam sido conquistados.

Por isso, registrou ainda o economista, nada melhor do que realizar uma conferência de reforma agrária em um país onde ela faz parte da agenda política. Esse clima mais favorável, comparativamente ao que se verifica em outros países, é um fator que oferece mais tempo e espaço para investigações conceituais e metodológicas importantes. Como, por exemplo, estabelecer uma tipologia de reformas agrárias, propôs Sachs. Temos, um leque de modelos, a reforma agrária de mercado defendida pelo Banco Mundial (em que não há indenização, mas operações negociadas de compra e venda) e a reforma agrária feita com desapropriações sem pagamento de indenizações. Entre esses dois modelos extremos, o uso de indenizações é o padrão mais comum em todas as partes do mundo. Segundo Sachs, vale a pena resgatar essa história e concentrar nosso estudo em uma questão fundamental: por que esse segundo tipo de reforma agrária não avançou como deveria ter avançado?

A resposta certamente tem a ver com o período de hegemonia do modelo neoliberal descrito e com a expulsão que atingiu a questão agrária como um fator relevante para o desenvolvimento de um país. Mas refletir sobre as implicações de tais perguntas ajuda a entender qual o modelo de reforma agrária que pode ser buscado hoje, nas condições atuais do mundo. O acesso à terra certamente é um primeiro passo, e não é o único. Qualquer proposta séria nessa área deve ter a forma de um feixe de políticas públicas simultâneas que garantam, além do acesso à terra, também ao conhecimento técnico, a equipamentos, a crédito e, importante não esquecer, a mercados. Outra preocupação dessas políticas, defendeu Sachs, está relacionada à organização das entidades que surgem do processo de reforma agrária.

Defensor do empreendedorismo coletivo, ele advertiu que não é suficiente distribuir terra e deixar os agricultores se virarem por conta. A terra precisa vir acompanhada de um conjunto de políticas de apoio e cooperação. Aí aparece mais um dos laços que vincula a agenda específica da questão agrária com a pauta mais ampla acerca de qual modelo de desenvolvimento queremos. Pois, pressupor a necessidade de um feixe de políticas públicas tais como as descritas acima, implica defender a existência de um Estado desenvolvimentista, outra idéia que foi colocada de lado ou expulsa de campo, como prefere afirmar Sachs. A aposta é que, em virtude do agravamento de um conjunto de problemas sociais e ambientais, essas idéias interditas estão ganhando uma nova oportunidade.

Há muita gente que diz que o rural pertence ao passado para defender a transferência das populações rurais para as cidades. Mas o que seria exatamente um campo sem homens, considerando que 40 % da força de trabalho, algo entre 2 e 3 bilhões de pessoas, seriam jogadas para favelas e zonas de periferia? Sachs perguntou e ele mesmo respondeu: isso não é um processo de urbanização, mas sim um processo de êxodo forçado do campo. As pessoas submetidas a esse tipo de deslocamento passam a viver num purgatório. Na melhor das hipóteses, elas são candidatas a serem urbanizadas. Assim, é o próprio desenho de nossas cidades que está em xeque quando colocamos em evidência essas distorções gritantes. Como estão, elas se tornaram aglomerados altamente instáveis e potencialmente explosivos. O que é mais incrível é que, apesar desse quadro, o rural siga sendo estigmatizado por muitos como um sinônimo de atraso. Nossas grandes cidades seriam a expressão do avanço, portanto? Quem mora nelas ou as conhece terá muita dificuldade de entender esse conceito de “avanço”. Esses seriam, segundo Sachs, alguns dos principais imperativos sociais para justificar a atualidade e a urgência da questão agrária.

IMPERATIVOS AMBIENTAIS E ENERGÉTICOS

Mas esses imperativos não são apenas sociais. Há aqueles de natureza ambiental também, acrescentou o economista. Agricultores familiares, quando enquadrados em políticas de desenvolvimento, tornam-se os maiores defensores do meio ambiente. Para Sachs, a melhor maneira de proteger o meio ambiente não é deixar o homem de fora dele, criando grandes reservas naturais inacessíveis ao homem. O caminho seria outro: não deixar de fora, mas aprender a usar sem destruir. O caminho da sustentabilidade não seria o caminho da criação de reservas simplesmente. O segundo imperativo ambiental apontado por ele para justificar a importância estratégica da reforma agrária está relacionado à atual matriz energética do planeta.

Um dado sobre o Protocolo de Kyoto explicita onde está o “x” da questão: mes-

mo se esse acordo for realizado em 100%, o que é pouquíssimo provável para dizer o mínimo, terá sido feito 6% do que precisa ser feito para reduzir de modo significativo o atual nível de emissão de gases poluentes para a atmosfera. Além disso, o Protocolo de Kyoto deixa fora países como a China, que caminha rapidamente para se tornar a segunda nação mais poluidora do planeta. Conclusão: se, em duas décadas, não sairmos da energia fóssil, vamos enfrentar problemas muito sérios. Onde entram a reforma agrária e o desenvolvimento rural neste debate? Segundo Sachs, entram justamente na medida em que significam uma peça-chave na construção de um novo modelo energético global baseado em biocombustíveis.

Em 2005, já estaríamos começando a assistir o início do fim da era do petróleo. O que 30 anos de discurso ambientalista não conseguiram, seis meses de crise do preço do petróleo conseguiram, ironizou. É claro que o petróleo não vai desaparecer dentro de alguns anos. Como lembrou Sachs, essas transições normalmente não se dão por esgotamento físico, nem por problemas de escassez, mas por razões de eficácia e da relação custo-benefício. Foi assim quando saímos da lenha para o carvão e, mais tarde, quando saímos do carvão para o petróleo. Estaríamos hoje em vias de entrar em um processo semelhante, em função das imensas potencialidades de energia renovável a partir do uso de biomassa e também de resíduos que normalmente não são aproveitados para nada. E o Brasil é um dos países que têm o maior potencial para desenvolver uma espécie de Programa Manhattan de Energia Renovável (uma referência de Sachs ao projeto do governo dos EUA que reuniu uma elite de cientistas internacionais para a criação da primeira bomba atômica). Já há alguns projetos, ainda em fase inicial, que apontam nessa direção, como é o caso do biodiesel. Isso abre possibilidades para biocombustíveis e, sobretudo, para uma nova fase de desenvolvimento rural.

Mas a substituição do petróleo por biocombustíveis não esgota a necessidade de um novo modelo energético. O perfil essencial dessa mudança está na outra ponta, no perfil da demanda, dos consumidores de energia. A agenda aqui também é desafiadora: priorizar a construção de sistemas de transporte coletivo mais eficientes, diminuir a distância entre o lugar que se produz e o que se consome, redesenhar as cidades. É um programa de governo, praticamente. Tudo isso pode ser alavancado por políticas públicas ou ser contrariado por elas. Esta última opção tem sido mais freqüente. O fato é que o Brasil, um país que tem seis vezes mais terras que a França, está sentado sobre uma grande oportunidade, possuindo condições altamente favoráveis para construir um novo paradigma energético. A biodiversidade, a biomassa e a biotecnologia constituem, conforme Sachs, um tripé estratégico capaz de engendrar um novo padrão civilizatório.

No entanto, aqui cabe uma advertência: também é possível produzir uma montanha de biocombustível sem homens. Ou seja, essa visão não garante, necessariamente, um modelo que priorize a agricultura familiar. A ressalva feita por Sachs é

importante, entre outras razões, por chamar a atenção sobre a complexidade e as armadilhas que podem estar no caminho da construção de um projeto de desenvolvimento rural desconcentrador de propriedade e de renda. Serve ainda para alertar sobre a importância de estar preparado para responder a argumentos que pretendem desqualificar propostas alternativas ao modelo do agronegócio.

Um exemplo disso é o argumento que recorre a premissas ambientais para rejeitar a proposta de utilização da biomassa para produção de energia, que não poderíamos permitir que problemas energéticos viessem a competir com problemas de segurança alimentar. Sachs responde: esse cálculo não está bem feito, falta uma visão sistêmica do problema, e não considera os sistemas integrados de produção que permitem a poupança de áreas cultivadas. A maior lição que os ecologistas deram aos economistas, segundo ele, é que os modelos econômicos têm que levar em conta as noções de ecossistema (sistemas integrados) e de resíduo (que, normalmente, pode ser reaproveitado). Diante da crise energética que o mundo vive hoje, um dos principais desafios políticos que se apresenta, defendeu ainda Sachs, é usar essa situação como uma oportunidade, não para repetir experiências como a do Proalcool (implementada com concentração territorial e concentração de recursos), mas para construir políticas de desenvolvimento rural direcionadas segundo o princípio da FAO – desenvolvimento territorial, participativo e negociado. Uma última advertência: esse processo não deve ser pensado em abstrato, mas sim ancorado em realidades concretas, considerando-se toda a sua complexidade.

A AGENDA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

As propostas apresentadas até aqui para uma reforma agrária articulada com um projeto de desenvolvimento rural são o sonho de todos os movimentos sociais do campo e da cidade, como resumiu Paulo Carallo, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). O problema é confrontá-las com a realidade brasileira e ver o quanto ainda são um projeto a ser construído. A concentração fundiária continua sendo uma realidade, o agronegócio expande-se pelo Centro-Oeste e Norte do país com a monocultura da soja, acompanhado por práticas de trabalho escravo e trabalho infantil. A violência no campo segue matando trabalhadores rurais. Outros efeitos do agronegócio são a destruição do meio ambiente, o aniquilamento da cultura camponesa e o aumento da população das favelas urbanas. Todas essas conseqüências negativas são potencializadas pela perda da capacidade de intervenção do Estado, após duas décadas de políticas que defenderam e praticaram seu desmantelamento.

Essas são as linhas gerais do cenário no qual se movem os movimentos sociais. A conferência de Porto Alegre será uma oportunidade não só para elaborar uma pro-

posta de desenvolvimento rural com reforma agrária, mas também de mostrar para a sociedade os problemas do país., que têm uma raiz estrutural, mas que foram agravados pela agressividade das políticas neoliberais. Na avaliação de Rogério Mauro, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o capitalismo na sua fase neoliberal não só não deu conta de resolver o problema agrário, como o agravou, especialmente nos países periféricos. A agricultura desses países, entre os quais o Brasil está incluído, passou a ser controlada pelo capital financeiro transnacional. Suas corporações controlam praticamente todos os processos de produção e comercialização, condicionando bastante a produção de alimentos.

Uma das conseqüências perversas dessa hegemonia foi que mais de 1 milhão de famílias de agricultores deixaram o campo no Brasil, na década de 1990. Além disso, ocorreu uma destruição intensa de empregos agrícolas, aumento de concentração da terra, do capital e, conseqüentemente, do poder político. A reforma agrária foi expulsa do campo e o agronegócio tornou-se o símbolo da modernidade, alimentando um modelo agrícola altamente concentrador de renda, voltada para o mercado externo e com um grande potencial destruidor do meio ambiente. Nesse contexto, assinalou Rogério Mauro, a reforma agrária passou a ser tratada como uma mera política compensatória ou, pior, acabou engolida por movimentos de contra-reforma agrária. Mesmo diante de tantas adversidades, os movimentos sociais do campo conseguiram ajudar a recolocar a reforma agrária de volta ao debate internacional. O futuro da experiência brasileira, por meio do II Plano Nacional de Reforma Agrária, é visto com um misto de expectativa e preocupação.

Nas palavras de Paulo Carallo, o II Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA) não é o ideal, mas é o melhor plano que já foi feito no país, apresentando avanços importantes como a titulação de terras e um programa ainda tímido, mas importante, de georeferenciamento e regularização fundiária. Problemas não faltam, como a escassez de recursos e a dificuldade enfrentada para alterar os índices de produtividade, que são utilizados na desapropriação, que permanecem os mesmos há 25 anos. A pressão dos ruralistas permanece muito forte. Um dos problemas que acentua a preocupação com os limites enfrentados para implementar o PNRA é que, do outro lado, monoculturas de soja e eucalipto avançam em vários estados do país. Mas a questão central é mesmo os limites impostos por uma política econômica condicionada pela lógica de produzir superávits primários progressivamente rigorosos. Um cenário bastante adverso, em resumo, que só poderá ser resolvido, avaliam os movimentos, com luta, mobilização e maior unidade estratégica entre as diferentes organizações.

Ignacy Sachs disse entender as manifestações de impaciência dos movimentos sociais, mas destacou que, nos últimos dez anos, houve uma aceleração do processo de reforma agrária no Brasil. Poderia andar mais depressa, mas é um dos mais avan-

çados do mundo, sustentou, lembrando que assentar de 600 a 700 mil famílias não é uma coisa desprezível. Uma questão que não deve ser esquecida, assinalou, é que o Brasil está na contramão da tendência mundial de realizar contra-reformas agrárias.

A pergunta repetida várias vezes diante desse quadro de limitações e adversidades é clara e direta: qual é mesmo o real sentido da reforma agrária hoje? Há uma razoável convergência nas respostas: política de democratização do acesso à terra, capaz de produção de emprego e renda, defesa de um modelo de agricultura sustentável como apoio à agricultura familiar, democratização do acesso ao conhecimento, educação, infra-estrutura, seguro agrícola, respeito aos direitos étnicos de índios e negros, defesa da biodiversidade, fim das diferenças de tratamento entre homens e mulheres, valorização dos conhecimentos tradicionais, para destacar as mais citadas. Mas todo esse conjunto de propostas encontra abrigo em um conceito que funciona como guarda-chuva: a reforma agrária tem que ser um dos pilares de um novo modelo de desenvolvimento que resolva os problemas essenciais do povo brasileiro. A construção de um modelo desse tipo, obviamente, depende de mudança estrutural no Estado brasileiro.

Alguns elementos centrais já estão razoavelmente fixados. A reforma agrária não é pensada como uma política compensatória, mas sim como uma reforma estrutural que permita chegar a um outro patamar de desenvolvimento. Em segundo lugar, a reafirmação do potencial da agricultura familiar, entre outras razões pela compreensão de que a sua racionalidade é distinta daquela que caracteriza as empresas capitalistas. Na agricultura familiar, a unidade de produção e a unidade de consumo estão sobrepostas, o que implica necessariamente outra lógica de funcionamento. Isso significa, por exemplo, lembrou Sachs, que ela tem reservas latentes que podem ser usadas para aumentar a produção. Teríamos aí, portanto, um potencial de produção muito grande, um potencial de expansão do mercado interno. E o economista destacou um dado muito importante: de 85 a 90% dos homens e mulheres do mundo trabalham hoje para o mercado interno.

Historicamente, a expansão do mercado interno tem um efeito multiplicador positivo para a economia nacional. Citando o livro *Desarrollo desde adentro*, do economista Osvaldo Sunkel, da Cepal, Sachs ressaltou ainda que a dinamização do mercado interno gera condições positivas para o fortalecimento do mercado externo. Para se chegar a isso, são requeridas mudanças estruturais e não meras políticas compensatórias. Considerando que, no Brasil, há muita gente que vê a reforma agrária como uma política compensatória para “aliviar a pobreza”, o combate a essa concepção torna-se uma tarefa prioritária na agenda da reforma agrária.

E esse combate implica, entre outras coisas, revisar o próprio conceito de crescimento. Por maior que seja o crescimento, não é possível falar de desenvolvimento

se houver redução de empregos decentes e aumento da pobreza. O Brasil, aliás, é um bom exemplo disso, pois, ao longo do século 20, apresentou a maior taxa de crescimento do mundo, chegando ao final do mesmo século como um dos campeões globais de desigualdade e concentração de renda. Lutar pelo binômio reforma agrária– desenvolvimento rural só faz sentido se for para reverter essa tendência. E esse é, justamente, um dos sentidos mais profundos desta luta. Mas ela tem outros aspectos que normalmente são dissociados do debate econômico, como é o caso do machismo, do patriarcalismo, da discriminação das mulheres, do preconceito e discriminação que afetam negros e índios. Estabelecer essa conexão e dar visibilidade a ela é um outro desafio a ser enfrentado pela conferência de Porto Alegre e pela luta cotidiana dos movimentos sociais.

LUTA SEM A MULHER É LUTA PELA METADE

Muitas vezes adicionada automaticamente nas agendas de lutas dos movimentos sociais e de políticas governamentais, a questão de gênero começa a aparecer com maior clareza como uma questão estruturante. Ignacy Sachs deu uma interessante sugestão sobre onde começar a pesquisar as raízes do problema: iniciar por fazer uma análise do tempo, sobre os estilos de vida e os usos do tempo. Ele apresentou uma tipologia de quatro formas de uso: tempo de trabalho no mercado, tempo de trabalho fora do mercado, tempo do repouso biológico, tempo daquilo que é considerado “não trabalho” (que uma mulher “dona de casa” conhece muito bem). Considerando essa tipologia, o economista perguntou: “Como esses diferentes tipos de tempo estão distribuídos entre as mulheres?” A resposta não é difícil.

As mulheres sempre estiveram na linha de frente da luta pela terra, ao lado de seus maridos, filhos e amigos. Além da discriminação expressa na ausência de políticas públicas destinadas a enfrentar de fato a desigualdade entre gêneros, elas sofrem também com o machismo e o patriarcalismo de seus maridos e companheiros. “Se você é casada comigo, não precisa ter o nome no contrato de posse da terra.” Essa é uma frase conhecida que expressa bem o tamanho e a natureza do problema. Como lembrou Maria Emilia Lisboa Pacheco (Fase/ANA), o lugar da mulher é invisível porque, dentro da economia capitalista, seu trabalho acaba não contando. Não entra nas estatísticas. Segundo Maria Emilia, estamos aqui diante da questão política de criação de novos sentidos para a democracia e a cidadania, sentidos esses que expressem as lutas por conquistas de novos direitos, conduzidas por atores sociais que afirmam sua identidade e buscam seu território. Acabar com essa invisibilidade implica, entre outras tarefas, questionar por que é mesmo que o trabalho da mulher ao cuidar de casa e da família não conta. E implica também, no interior dos próprios movimentos que lutam

contra essa e outras formas de discriminação, combater as manifestações de machismo, patriarcalismo e autoritarismo que ainda ocorrem.

O QUE HÁ DE CONTEMPORÂNEO NA REFORMA AGRÁRIA?

Temos, assim, um vasto e complexo leque de problemas e lutas em torno do eixo reforma agrária-desenvolvimento rural. Não se corre aqui o risco de perder o foco e, com isso, perder o sentido essencial dessa luta? Na verdade, antes de responder a essa pergunta é preciso encarar uma outra prévia: qual é mesmo o sentido contemporâneo da reforma agrária? O que é contemporâneo, afinal de contas? Lembrando uma observação feita por Oriel Rodrigues de Moraes, da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), Maria Emília destacou que a luta pela terra começou ainda por volta de 1537 no Brasil. Portanto, não é propriamente a luta que é contemporânea, mas sim as nossas reflexões sobre ela e, principalmente, a emergência de novas identidades políticas, novos agentes sociais e políticos, que trazem consigo uma nova geração de lutas.

Além da questão da democratização do acesso à terra e da luta contra a concentração de propriedade e de renda no campo, ela chamou muito a atenção para um dos aspectos centrais dessa nova geração de lutas: a crítica e o combate à apropriação privada de recursos naturais por parte do modelo agroexportador. Nessa agenda constam o reconhecimento da biodiversidade, a defesa dos usos sociais da biodiversidade, a luta pelo acesso aos recursos genéticos (que também estão sob ameaça de privatização), defesa do acesso à água e luta contra privatização dos recursos hídricos, defesa do patrimônio genético e dos saberes tradicionais. Uma agenda, portanto, que se choca frontalmente com a lógica do modelo agroexportador hegemônico que conhecemos. Essas lutas não se darão sem conflito, observou Maria Emília, e é preciso também resgatar a compreensão do conflito como um fator indissociável da construção da democracia.

Outra luta que, segundo ela, define a contemporaneidade da reforma agrária é aquela pelo cumprimento de um conceito assumido na Constituição de 1988, a saber, o de terras tradicionalmente ocupadas. Em várias partes do país, comunidades tradicionais estão tornando suas identidades visíveis e expressando sua reivindicação de direito a território. Por outro lado, a Constituição brasileira não contempla explicitamente a questão do direito étnico. Daí a importância, disse Maria Emília, de lutar para que o Brasil cumpra a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que garante a populações tradicionais reaverem seus territórios perdidos. Esse é um ponto extremamente importante para a luta dos indígenas e das comunidades quilombolas. Ela acredita que pelo menos um quarto do território nacional pode estar enquadrado hoje nesta categoria de terras tradicionalmente ocupadas.

Na avaliação da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), a luta pela recuperação desses territórios vem encontrando muitas dificuldades e não avançou como era esperado no atual governo. As comunidades indígenas vêm intensificando sua mobilização e tomando iniciativas para tentar romper a pressão de interesses econômicos contrários à demarcação de terras e à recuperação de territórios perdidos. Como fizeram, por exemplo, os tupis e os guaranis no Espírito Santo, que usaram a Convenção 169 da OIT como argumento para retomar uma área de terra hoje ocupada pela empresa Aracruz Celulose. Essa luta é fundamental para as comunidades indígenas porque a terra significa, acima de tudo, um espaço e reprodução cultural, um espaço coletivo essencial para a sua sobrevivência cada vez mais ameaçada.

E não é apenas o acesso à terra (e aos recursos hídricos) que está em jogo nessa luta. Como lembrou Joaquim Correa de Souza Belo, do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), não basta garantir o acesso à terra, mas também aos recursos naturais necessários a sua forma de subsistência, como os óleos vegetais, as castanhas e os frutos. No caso da Amazônia, exemplificou, é preciso apostar em um modelo de desenvolvimento que leve em conta a região da forma como ela é, com sua fauna, flora, água e ar. Para ele, o desafio maior da conferência de Porto Alegre será tratar a reforma agrária levando em consideração toda essa diversidade e suas diferentes características. Quando se discute o desenvolvimento rural numa perspectiva mais ampla, é fundamental considerar exatamente as diferenças.

Na Amazônia, por exemplo, há projetos embrionários como os de desenvolvimento sustentáveis (PDSs) – aqueles onde trabalhava a freira Dorothy Stang, assassinada em fevereiro deste ano por pistoleiros em Anapu (PA) – e projetos de áreas comunitárias extrativistas. No entanto, ressaltou, o governo ainda não conseguiu internalizar esses modelos de reforma agrária. Modelos que procuram combinar atividade econômica com inclusão social e preservação ambiental. E que defendem a necessidade de conhecer e valorizar as diferenças no uso e gestão dos recursos naturais para pensar as diferentes políticas de reforma agrária. Maria Emília destacou essa necessidade de pensar diferentes modalidades de uso e gestão na definição de políticas de reforma agrária e desenvolvimento rural. Uma idéia que deve ser muito valorizada nesse processo, segundo ela, é radicalizar o princípio agroecológico dos sistemas de produção e manejo, valorizando as práticas das comunidades tradicionais, com respeito às diferenças e reconhecimento da biodiversidade.

O DESAFIO CONCEITUAL DA CONFERÊNCIA

A Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural será realizada em meio à eclosão desses novos movimentos e dessas novas lutas re-

lacionadas à questão agrária. Ocorrerá também cerca de três meses depois da reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Hong Kong, depois da Conferência Nacional do Meio Ambiente e alguns dias antes da Conferência das Partes da Convenção de Diversidade Biológica da ONU (COP-8), que será em Curitiba. Essa proximidade delimita bem as relações estratégicas que existem nesses encontros e, segundo se levantou na oficina preparatória para a conferência de Porto Alegre, ajudam a fixar aquela que seja talvez uma das principais tarefas desse encontro: definir com mais clareza a natureza dessa agenda que vai da luta contra a concentração de propriedade e de renda, passa pela luta das mulheres e chega ao combate à apropriação privada dos recursos naturais.

Encontrar o fio condutor dessas lutas e conseguir traçar um mapa com as relações entre essas diversas questões é um esforço conceitual importantíssimo que foi identificado como tarefa, por diversas pessoas, e com diferentes inflexões durante os dois primeiros dias de debates da oficina CIRADR-Brasil. Pareceu haver um razoável consenso de que não basta dizer que todas essas questões estão relacionadas e que é preciso trabalhar em todas as frentes ao mesmo tempo. Embora essa formulação não esteja errada, falta-lhe um elemento essencial: uma exposição mais qualificada e precisa da natureza dessas relações e das implicações políticas dessas conexões. Assim, por exemplo, deve-se estar preparado para acompanhar a reunião de Hong Kong em dezembro, onde, como afirmou o ministro Miguel Rossetto, são justamente as políticas agrícolas que expõem as melhores contradições, e retirar desse encontro algum acúmulo para a conferência de Porto Alegre. O mesmo se aplicando, obviamente, à Conferência Nacional do Meio Ambiente e depois, em um sentido inverso, levando algum acúmulo para a COP-8.

Falou-se da necessidade de os movimentos sociais fortalecerem a unidade entre si e entre suas lutas como uma condição para levar essa agenda adiante. Também foi observado na oficina preparatória que, talvez uma das condições para esse objetivo ser atingido, é justamente ter mais clareza do quanto essas questões estão relacionadas e exigem estratégias de ação em comum.

NOTA CONCEITUAL - 2ª VERSÃO¹

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL: NOVOS DESAFIOS E OPÇÕES PARA REVITALIZAR COMUNIDADES RURAIS

1. PANO DE FUNDO

O Comitê de Agricultura, em sua 19ª Sessão, aprovou unanimemente a proposta para a FAO realizar a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural em 2006, como elemento crítico do programa da FAO para cumprimento dos compromissos da Cúpula Mundial da Alimentação 1996; da Cúpula Mundial da Alimentação, cinco anos depois; da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável e das Metas de Desenvolvimento do Milênio. O comitê considerou que a conferência ajudaria na mobilização de governos nacionais e da comunidade internacional no apoio a processos atuais de reforma agrária e desenvolvimento rural e na garantia dos direitos de posse e acesso à terra e outros recursos naturais pelos pobres. O comitê deu as boas vindas ao oferecimento do governo brasileiro em hospedar a conferência e recomendou que o secretariado, em consulta com o Brasil e grupos regionais, conforme necessário, elaborasse uma proposta de organização desse importante evento, incluídas as implicações financeiras e administrativas, para submissão ao conselho, em sua 128ª Sessão, em junho de 2005.

2. RAZÃO E JUSTIFICATIVA PARA A CONFERÊNCIA

Não obstante os consideráveis avanços na produção alimentar dos últimos 50 anos, a segurança alimentar ainda permanece um problema em muitas partes do globo. Insegurança alimentar e reforma agrária estão intimamente ligados, e, sem garantir acesso adequado à terra (e água) – recurso produtivo mais básico –, o objetivo de erradicar a pobreza, reduzir a fome e promover o desenvolvimento econômico

1. Esta é uma tradução da última versão publicada pela FAO, em junho 2005, que não inclui novidades programáticas que foram obtidas em seguida àquela data. Entre as principais, está a inclusão dos temas (iv) e (v) a serem discutidos na conferência, respectivamente: "Reforma agrária, justiça social e desenvolvimento sustentável" e "Soberania alimentar, direito à alimentação e acesso aos recursos", já indicados na apresentação da Contribuição Inicial do Comitê Brasileiro. Ademais, os parágrafos 8 (Programa da Conferência), 9 (Orçamento da Conferência), 10 (Parceiros) e 11 (Preparação de datas) foram excluídos desta tradução por apresentarem aspectos orçamentários e organizativos que estão em reformulação. Os dias de realização da CIRADR, indicados pela versão, também foram mudados na tradução, conforme decisões da FAO.

rural incluyente e amplo na base, permanecerá inacessível. Em todo o mundo, os mais pobres são os sem-terra nas áreas rurais, seguidos de perto pelos pobres da terra – aqueles cujos lotes de má qualidade são muito pequenos para sustentar uma família. Eles constituem a maioria dos pobres e famintos do meio rural.

Enquanto a globalização e a crescente intensidade da urbanização, da industrialização e a produção agrícola intensiva criam riqueza econômica em algumas áreas, elas também induzem mudanças nas comunidades rurais, nas paisagens e no meio ambiente, que colocam desafios profundos e de longo alcance. As dinâmicas populacionais e as mudanças demográficas significativas, tais como a urbanização rápida, a migração e as crescentes taxas de mortalidade, em razão da Aids, em algumas áreas contrastadas com as expectativas de vida mais alta e o envelhecimento das populações em outras, têm exercido forte efeito em ambos os mundos, desenvolvido e em desenvolvimento. Tendência nas mudanças climáticas, competição entre a agricultura e outros setores por terra e água, concentração de terra, perda da diversidade biológica, degradação da terra e desertificação e desenvolvimento da tecnologia, estão transformando a disponibilidade e o uso dos recursos naturais, sobretudo em ecossistemas frágeis e críticos. As políticas de investimento em geral e, especialmente, nos países em desenvolvimento, têm favorecido os setores industriais, urbanos e de serviço em contraposição ao agrícola e ao desenvolvimento do setor rural. No setor da agricultura, as áreas de alto potencial e as planas têm recebido mais atenção que as áreas montanhosas e as mais secas, onde a maior parte da população pobre rural vive. Essas tendências exacerbam a competição e os conflitos sobre acesso à terra, água e recursos biológicos e acentuam a pobreza extrema e a fome.

Ao mesmo tempo, os meios de subsistência das comunidades rurais e territórios, se completamente reconhecidos e adequadamente gerenciados e apoiados, podem contribuir significativamente na solução de muitos desses desafios. Capacidade humana, instituições e redes, e vantagens financeiras, físicas e naturais que já se encontram presentes nas comunidades rurais e territórios constituem potencial importante e subutilizado com grande significado para a melhoria da subsistência das comunidades rurais, assim como para a obtenção da estabilidade sociopolítica, da sustentabilidade ecológica, da proteção da herança agrícola e da prosperidade em áreas urbanas e rurais em todo o mundo. A revitalização das comunidades rurais pelo apoio à diversidade e à diversificação; melhor integração da agricultura familiar e suas vantagens em desenvolvimento econômico regional, nacional e global; instituições da sociedade civil e estruturas de governança mais fortes e políticas e planejamento aperfeiçoados para a transição suave e contínua entre panoramas urbanos e rurais estão entre as mudanças de paradigma necessárias para a obtenção da agricultura sustentável e desenvolvimento rural.

O número crescente de governos democráticos nas regiões em desenvolvimento e na Europa Central e do Leste, combinado com a governança descentralizada em todas as regiões, tem possibilitado a emergência de uma sociedade civil fortalecida e melhor equipada para parcerias com o governo e as instituições privadas. Os processos atuais de descentralização e devolução das responsabilidades às instituições locais devem ser acompanhados pela alocação de direitos legais e recursos adequados para os grupos de interesse locais, de modo a permitir governança com sentido e alívio da pobreza. Desse modo, o foco político tradicional nas classes agrárias necessita ser ampliado, para permitir novas forças sociais interessadas nos correlatos sociais da desigualdade baseada na terra – “novos movimentos sociais” e suas alianças domésticas e internacionais. Essa consideração deveria incluir a reforma agrária clássica em suas contribuições duais, para conduzir a um trabalho mais efetivo o alívio da pobreza e os efeitos democratizantes que possibilitam outras reformas em favor dos pobres. Ao constatar que a reforma dos sistemas de propriedade e a viabilização da social-democracia contribuem para a redução da pobreza na maior parte das sociedades rurais, a nova agenda para ação em favor dos pobres deve manter os elementos principais da Conferência Mundial sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (WCARRD, 1979) e, todavia, reconhecer o potencial de coalizões maiores pelos pobres. As estratégias e ações são necessárias para garantir direitos e acesso a recursos, pelos pobres, em ambos sistemas de regras e regulamentos, consuetudinário e formal, alguns dos quais já demonstraram habilidade de adaptação e resposta às necessidades e especificidades das comunidades rurais e territórios.

A Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural deveria ser o momento para propor revisão de impactos e de lições aprendidas das conferências, processos e mecanismos recentes e apropriação dos progressos e malogros nessas áreas; fornecer a governos nacionais, organizações de camponeses e outras organizações de produtores, organizações da sociedade civil e à comunidade internacional oportunidade de renovar seus compromissos de apoio a direitos mais amplos e mais seguros e acesso dos pobres à terra, água e outros recursos naturais, assim como a tecnologias apropriadas, serviços de apoio, e à capacitação de sua utilização; oferecer uma ocasião de desenvolvimento de propostas de ação para a construção de capacidades locais de governança em comunidades rurais, de modo a capacitá-las a responder aos desafios do desenvolvimento rural sustentável e de redução da pobreza; e ainda sublinhar os efeitos derivados das economias rurais e comunidades dinâmicas pelo aceleração do desenvolvimento em áreas urbanas e na economia nacional como um todo.

A conferência apoiaria diretamente as Metas de Desenvolvimento do Milênio, sobretudo a MDG-1 (erradicar fome extrema e pobreza), a MDG-3 (promover igualdade

de de gênero e dar poder às mulheres), a MDG-7 (garantir sustentabilidade ambiental) e a MDG-8 (desenvolver parcerias globais para o desenvolvimento). Também contribuirá para a implementação da Declaração Ministerial Ecosoc 2003 sobre a “Promoção de uma abordagem integrada para o desenvolvimento rural”.

3. OBJETIVOS DA CONFERÊNCIA

- i. Promover entendimento, aprendizado e diálogo construtivo para lidar com a reforma agrária, o desenvolvimento rural sustentável e a pobreza rural, por meio da criação de uma plataforma duradoura de monitoramento e avaliação das melhores políticas e práticas e do progresso da reforma agrária e do desenvolvimento rural.
- ii. Compartilhar experiências, promover reconhecimento, voluntariedade ampliada e ações concretas pela comunidade internacional, governos, organizações de produtores, organizações da sociedade civil e outras, para ampliar a cooperação internacional e promover acesso mais justo, transparente e responsável a terra e a recursos naturais.

4. TEMAS INDICATIVOS E RESULTADOS

Os temas da conferência serão identificados por meio de um processo de consultas aberto, facilitado pela FAO e envolvendo ampla gama de parceiros de governos, agências da ONU, organizações da sociedade civil e outros grupos de interesse. Segue lista indicativa de temas e tópicos:

- a) Políticas e práticas para assegurar e melhorar o acesso à terra aos pobres e promover reforma agrária para aliviar a pobreza e a fome, como:
 - i. Acesso para quem (por exemplo, trabalhadores sem terra; grupos vulneráveis, como mulheres e idosos, povos indígenas, pastores, pequenos produtores e produtores marginais etc).
 - ii. Acesso para que tipo de recursos em diferentes contextos socioeconômicos e agroecológicos (por exemplo, recursos físicos, financeiros, educacionais e de treinamento, sociais; o significado da terra como um valor multidimensional etc).
 - iii. Natureza do acesso (por exemplo, como garantir direitos de posse; como desenvolver sistemas flexíveis e auto-sustentáveis; como apoiar relações mutuamente apoiadas entre sistemas de direito de propriedade formais e informais; como alavancar socialmente, economicamente e ambientalmente o desenvolvimento territorial de forma apropriada; o papel dos governos, comunidades, mercados e outros nesses processos etc).

b) Capacitação para melhorar o acesso à terra, oferta de água para a agricultura e serviços agrários para promover o gerenciamento sustentável dos recursos naturais e desenvolvimento rural, como:

- i. Capacidade dos governos em níveis local, regional e central, para melhorar o planejamento e a implementação da política, legislação, administração da terra e do serviço a favor dos pobres (infra-estrutura, transporte, extensão, treinamento, insumos, mercados, comunicações, informação); dando melhores condições para a relação entre os níveis local e central e alavancando confiança e legitimidade social.
- ii. Capacidade/empoderamento das comunidades rurais para contribuir com políticas governamentais e serviços do setor privado, de forma a responder a tendências, determinar suas próprias soluções, proteger os direitos dos grupos mais marginalizados e desenvolver parcerias e outros mecanismos que emprestem mais valor aos recursos humanos, naturais, culturais, financeiros e territoriais existentes.
- iii. Capacidade de todos os atores para planejamento integrado e gerenciamento dos recursos de terra e água e para monitorar e avaliar as mudanças no acesso a esses bens.

c) Novas oportunidades para revitalizar comunidades rurais e territórios incluiriam a identificação de:

- i. Contribuições da agricultura familiar ao crescimento econômico, à conservação da herança agrícola e ao desenvolvimento rural sustentável.
- ii. Bens rurais e complementaridades do desenvolvimento rural/urbano, por meio do planejamento integrado e gerenciamento dos recursos de terra e água.
- iii. Papéis da diversidade e da diversificação na geração de renda, redução da pobreza e crescimento econômico.
- iv. Estratégias aperfeiçoadas para investimentos a favor dos pobres no meio rural.
- v. Políticas de seguro e crédito para gerenciamento dos riscos e proteção da falta de renda, da pobreza rural e de grupos vulneráveis e como apoio ao desenvolvimento dos mercados de propriedade.
- vi. Ligações cidade-campo e papéis das novas cidades rurais no desenvolvimento sustentável.

5. RESULTADOS PROPOSTOS E *FOLLOW-UP*

Os resultados da conferência incluiriam:

- i. Plataforma duradoura de entendimento, aprendizado e diálogo sobre refor-

ma agrária e desenvolvimento rural e questões sobre pobreza rural, apoiados por um painel internacional de observação.

- ii. Lista de melhores políticas, práticas e lições aprendidas sobre reforma agrária e desenvolvimento rural, com a concordância de governos membros, organizações da sociedade civil e outros grupos de interesse, para a promoção de ações prioritárias, parcerias e cooperação internacional mais justos, transparentes e responsáveis para apoiar o acesso a terra, água, outros recursos naturais, insumos e serviços de apoio.

Os resultados da conferência alimentariam os seguintes processos:

- i. Relatório para as sessões de 2008/2009 da Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável que focalize agricultura, desenvolvimento rural, terra, seca, desertificação e África.
- ii. Governos-membros farão relatório ao Comitê de Agricultura da FAO (Coag) sobre ações e diálogo em apoio à reforma agrária e ao desenvolvimento rural a cada quatro anos, quando Agricultura Sustentável e Desenvolvimento Rural (Sard) for item permanente da agenda (primeiro relatório em 2009).

6. DATAS, LOCALIZAÇÃO E AUDIÊNCIA

Data	7-10 de março de 2006
Localização	Brasil (Porto Alegre/RS)
Nível de participação	ministros ou seus delegados, comunidade científica, organizações da sociedade civil e ONGs acreditadas pela FAO
Audiência	número aproximado a ser confirmado

7. ORGANIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA

Um comitê diretor será estabelecido para apoiar a organização geral da conferência, que será composto por um representante de cada grupo regional, apoiado por um secretário executivo do secretariado. Funcionando como escritório da conferência, esse comitê supervisionará e conduzirá todo o trabalho em cooperação com o secretariado da FAO, por meio do secretário executivo e/ou outro consultor independente eventual contratado para executar tarefas técnicas. O processo de organização da conferência deve ser conduzido pelos Estados-membros. Entre suas tarefas, o comitê será encarregado da responsabilidade pelo conteúdo substantivo e técnico e estrutura da conferência, inclusive:

- a) preparação dos rascunhos dos convites, incluindo questões a serem respondidas pelos países em seu processo de preparação;
- b) preparar rascunhos dos documentos temáticos (*issue papers*);
- c) fornecer instrução e apoiar a preparação dos relatórios nacionais;
- d) planejar a agenda da conferência etc. Serão fornecidos o formato de relatório e as diretrizes para permitir aos países preparar relatórios padrão como base para fornecer informações substantivas sobre lições aprendidas e melhores políticas e práticas para a conferência. O formato de relatório e as notas informativas serão preparados pelo Comitê Diretor, quando a decisão do conselho (da FAO) em relação à conferência for conhecida. Os relatórios nacionais preenchidos poderão ser distribuídos e discutidos na conferência internacional.

O secretariado da FAO, em cooperação com o Comitê Diretor, será responsável pela realização dos aspectos técnicos e substantivos da conferência, incluídos aqueles observados acima.

Um secretariado nacional brasileiro terá a responsabilidade de hospedar a conferência e organizar a sua logística, assim como liderar as atividades preparatórias no Brasil.

PROGRAMAÇÃO DA OFICINA CIRADR-BRASIL PREPARATÓRIA PARA A CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL CIRADR - FAO

LOCAL

Auditório do Itamaraty – sede do Ministério das Relações Exteriores – Esplanada dos Ministérios – Brasília (DF)

PROGRAMAÇÃO

- 9 de novembro**
- 8h30** – Abertura
embaixador **Samuel Pinheiro Guimarães**
ministro de Estado das Relações Exteriores interino
Luiz Soares Dulci
ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República
Miguel Rossetto
ministro do Desenvolvimento Agrário
Marina Silva
ministra do Meio Ambiente
Parviz Koochafkan
diretor da Divisão de Desenvolvimento Rural da FAO e
secretário do Comitê Diretor da CIRADR
José Tubino
representante permanente e plenipotenciário da FAO junto ao Brasil
embaixador **Flávio Perri**
representante do Brasil na FAO
José Fritsch
ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
- 10h30 – 11h** – Intervalo
- 11h – 18h** – Atualidade da Reforma Agrária e das Políticas de Desenvolvimento Rural Sustentável

11h – 12h30 – Expositores (as)

Ignacy Sachs

Diretor Honorário de Estudos da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, Paris, França

Parviz Koochafkan

Diretor da Divisão de Desenvolvimento Rural da FAO

12h30 – 14h – Almoço

14h – 15h – Debatedores (as)

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag)

Representante de Movimento de Mulheres Rurais

15h – 15h30 – Intervalo

15h30 – 18h – Debate

18h – Apresentação de documentário sobre Fórum Mundial de Reforma Agrária, realizado em Valência – Espanha, dezembro de 2004

10 de novembro

8h30 – 10h – Exposições: “Experiências internacionais: Venezuela e África Austral (Zimbábue e África do Sul)”

Luís Llambi – coordenador do Grupo de Estudos Rurais e Agrícolas do *Instituto Venezolano de Investigaciones Científicas* (Ivic), do Ministério de Ciência e Tecnologia da Venezuela

Francesco Pierri – consultor internacional em reforma agrária e desenvolvimento rural NEAD-MDA/IICA, associado ao AIAS – *African Institute for Agrarian Studies*, Zimbábue

10h – 10h30 – Intervalo

10h30 – 12h30 – Debate

12h30 – 14h30 – Almoço

14h30 – 18h – Significados contemporâneos da reforma agrária e das políticas de desenvolvimento rural a partir de diferentes experiências

14h30 – 16h – Intervenções iniciais

Momento 1 – A promoção da igualdade de gênero, raça e

etnia com a valorização dos direitos das mulheres e das comunidades tradicionais e a promoção de seu desenvolvimento
Conaq, Apoine, representação de movimento de mulheres

Momento 2 – Sustentabilidade ambiental, segurança alimentar e a perspectiva territorial no desenvolvimento
Consea, Conselho Nacional dos Seringueiros, FBOMS

16h – 16h30 – Intervalo

16h30 – 18h – Debate

11 de novembro

Brasil: desafios para uma estratégia de desenvolvimento sustentável

8h30 – 10h – Exposições

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Ministério do Meio Ambiente

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST)

Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf)

Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab)

Representante de movimento de mulheres

10h – 10h30 – Intervalo

10h30 – 12h30 – Debate

12h30 – 14h – Almoço

14h – 17h – Plenária Final

– Discussão das contribuições do Comitê Brasileiro ao processo de preparação da CIRADR

– Outras iniciativas

PARTICIPANTES DA OFICINA CIRADR

ADRIANA BORBA FTZENER	CONTAG
ADRIANA MARIA MEZADRI	MMC
ALBINO OTO GEWEHR	FETRAF
ALOÍSIO MELO	CONSEA
ALTACIR BUNDE	MPA
ALTEMIR GREGOLIN	SEAP
ANA CAROLINA FLEURY	MDA
ANDRÉA BUTTO	MDA
ANÍSIO PERREIRA DOS SANTOS	FETRAF
ANTÔNIO BARBOSA	ASA
AYRTON CENTENO	MDA
BEATRIZ LENDRO	SG/PR
BERENICE GOMES DA SILVA	MDA
CACO SCHMIDT	CARTA MAIOR
CAIO FRANÇA	MDA
CARMEN HELENA FERREIRA FORO	CONTAG
CEDENNIR DE OLIVEIRA	MST
CÉLIA BEZERRA	FIAN - BR
CELSO CARVALHO	MDA
CELSO MARCATTO	ACTION AID
CIARIA AGUIAR	EFA Bom Tempo
CLEDENEUZA MARIA BEZERRA DOS SANTOS	MIQCB
CLÉIA ANICE DE M. PORTO	CONTAG
CLÓVIS ZIMMERNANN	FIAN - BR
CRISPIM MOREIRA	MDS
EDUARDO JOSÉ CARDOSO DOS SANTOS	MPA
ELIANA FERREIRA	FAO
ELIELSON GONÇALVES DE ALMEIDA	UnB
EMMA SILIPRANDI	MDA
ENEAS DA ROSA	FIAN - BR
EZEQUIEL FRANÇA	MTL-BA
FÁTIMA PIANTA	CONTAG
FELIPE MATIAS	SEAP
FLÁVIO AGUIAR	Carta Maior
FRANCESCO PIERRI	MDA

FRANCISCO HÉLIO FREITAS DE LIMA	MLST
FRANCISCO LUCENA	FETRAF
FRANCISCO SARMENTO	IFSN
GILVÂNIA FERREIRA DA SILVA	MST
GIORGIO ROMANO	SG/PR
GIVÂNIA MARIA DA SILVA	CONAQ
GLADES ROSSI	MLST
GUILHERME CASSEL	MDA
GUSTAVO K. CHIANCA	FAO
HUR BEM CORRA DA SILVA	MDA
ISABEL DINIZ	CPT
IVO DA SILVA	CNPA
JAIR MATIAS DA ROSA	MPA
JÉFERSON MIOLA	FAO
JOÃO BATISTA	MIN.CULTURA
JOÃO JELO	UNIMET
JOAQUIM CORREA DE SOUZA BELO	CNS
JOAQUIM ERNESTO	CARTA MAIOR
JOAQUIM RIBEIRO	MLST
JONAS KUCINSKI	CARTA MAIOR
JÔNIA RODRIGUES	FIAN - BR
JOSÉ ADELMAR BATISTA	MDA
JOSÉ GOMES DA SILVA	FETRAF
JOSÉ LOPES	ABRAÇO
JOSÉ MARIA BARBOSA DE AQUINO	CNS
JOSÉ NORBERTO	MAPA
JUSTINA CIMA	MMC
LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER	MDA
LILIAM	REDE BH
LÍLIAN RAHAL	MDA
LIVALDO SARMENTO DA SILVA	CNS
LUCAS DANIEL CHAVES DE FREITAS	UnB
LUCAS MENDES DE BRITO	CONTAG
LUÍS LLAMBI	IVIC
MAGDA ZANONI	MDA
MAGNO MILTON DE OLIVEIRA	FETRAF
MANOEL DA SILVA CUNHA	CNS
MANOEL MERCADO SOARES	CNS
MANOEL PINTO SANTOS	MLST
MARCELO MINÁ DIAS	MDA

MARCELO THEILICKE	CARTA MAIOR
MÁRCIA QUADRADO	MDA
MARCOS ANTONIO PRAXEDES	MLST
MARCOS VINÍCIUS DIAS NUNES	CONTAG
MARGARIDA PEREIRA DA SILVA	MMTRE-NE
MARI CÁRMEN RIAL GERPE	MRE
MARIA ARAÚJO DE AQUINO	CONDRAF
MARIA DA GRA AMORIM	FETRAF
MARIA DO SOCORRO DE SOUZA	CONTAG
MARIA DO SOCORRO GONÇALVES	FBOMS
MARIA DO SOCORRO NASCIMENTO BARBOSA	CONTAG
MARIA EMÍLIA LISBOA PACHÊCO	FASE
MARIA HELENA PACHECO SCHUSTER	SECOM/PR
MARIA JOSÉ COSTA	CONTAG
MARIA LISIANE QUEVEDO CUNHA	CONTAG
MARIA NEUZA DE CARVALHO	EMATER-RS
MARIÂNGELA FIGUEIREDO	MDA
MÁRIO DE SOUZA SILVA	CONTAG
MILTON RONDÓ	MRE
MINELVINA FREITAS	MDA
MÔNICA MOLINA	PRONERA
NAJYP IAGÊ MIOLA	CONSULTOR
NARRUL M. MIZIARA	INCRA
NATAL RIBEIRO MACIEL	CONTAG
NIVALDO DE SIQUEIRA GOMES	FETRAF
ODÉCIO RASSFA	CONSULTOR
OMERO DE ARRUDA	SG/PR
ORIEL RODRIGUES DE MORAIS	CONAQ
ÓTAVIO BALSADI	EMBRAPA
PATRÍCIA BONILHA	FBOMS
PAULA PEREIRA	VIA CAMPESINA
PAULO DE TARSO CARALO	CONTAG
PAOLO GROPPPO	FAO
PEDRO FIRMINO	FETRAF
PEDRO IVAN CRISTOFFOLI	ABRA
RAIMUNDA GOMES DA SILVA	CNS
RENATA LEITE	MDA
ROBERTO CARLOS KEFFER	CONTAG
ROBERTO RICARDO VIZENTIN	MMA
ROGÉRIO ANTÔNIO MAURO	MST

RONALDO RODRIGUES ARAÚJO	UPIS
ROSELI BUENO	MDA
SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES	MRE
SANDRA PEREIRA DO CARMO	FETAG-GO
SEBASTIÃO HENRIQUE SANTOS LIMA	INCRA
SÉRGIO SAUER	SENADO
SIDNEY OLIVEIRA	MTL-PB
SIMONE RODRIGUES NETO	MDA
SOILA BRILHANTE	SEAP
SULANI PAQUIER	IMPrensa
ÚRSULA ANDRESSA	MDA
VALDECIR VIEIRA AMORIM	FETRAF
VALÉRIA GRILANDA	MDA
VALMIR PARINTINTIN	COIAB
VALTER BIANCHINI	MDA
VERENA GLASS	CARTA MAIOR
VILMAR LOCATELLI	CUT
WERTHER LEITE	UNIP
ZEKE BEZE JR.	MDA

COMPOSIÇÃO DO COMITÊ BRASILEIRO

Órgãos governamentais

Organização

Ministério das Relações Exteriores (MRE)

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

Outros órgãos

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Secretaria Geral da Presidência da República

Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca

Sociedade civil

Action Aid

Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra)

Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime)

Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Confederação Nacional dos Pescadores (CNP)

Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS)

Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf)

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)

Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil (Conic)

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq)

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab)

Central Única dos Trabalhadores (CUT)

Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf)

Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais pelo Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável (FBOMS)

Instituto de Estudos Sócio-econômicos (Inesc)

Movimento das Mulheres Camponesas (MMC)

Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE)

Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST)

Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Movimento Nacional dos Pescadores (Monape)

Oxfam

Terra de Direitos

representação de mulheres da Contag e da Fetraf

Convidada

Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO),
representação no Brasil (FAO)



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

Ministério das
Relações Exteriores

